

1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

2
3 CONTINUAÇÃO DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
4 SANTA CLARA

5
6 REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019

7
8 ATA NÚMERO QUINZE

9
10
11 No dia 30 de Abril de 2019, reuniu na sede da Junta de Freguesia, sito no Largo do Ministro, nº.
12 3, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência da sua presidente, Elza Maria
13 Pereira Morais Nunes da Fonseca, coadjuvado por Amândio António Almeida da Silva, primeiro
14 secretário e Sara Margarida Ferreira Madeira, segunda secretária.

15 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:
16 Maria Adelaide Ferreira Polónio, Bernardo Gonçalo da Cruz Passinhas, Luís Henrique Aleluia
17 Sande e Silva, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Maria da Luz
18 Peixoto Ferreira, Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nuno Santos Fonseca, Ricardo Luís
19 Correia Martins de Barros Duarte, Rui Castello-Branco Ribeiro. Às 21h00, constatada a
20 existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

21 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

22 C) Ordem do Dia:

- 23 3. Apresentação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de
24 delegação de competências entre a CML e a Freguesia de Santa Clara
25 4. Apresentação, discussão e votação da 1ª revisão ao Orçamento para 2019;
26 5. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação
27 da Junta de Freguesia;
28 6. Apresentação e discussão do relatório sobre a auditoria das demonstrações
29 financeiras de 2018;
30 7. Apresentação e discussão do relatório de atividades;
31 8. Apreciação da informação escrita da Sra. Presidente da Junta e apreciação da
32 informação financeira até 31/03/2019;
33 9. Apreciação e discussão do relatório de avaliação do estatuto do direito de oposição,
34 relativo ao exercício de 2018;
35 10. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas.

36 **Presidente da Assembleia** Deu início à sessão. O elemento do CDS-PP não está presente, não
37 tinha qualquer informação se viria ou não. Passou ao ponto 3 da Ordem do Dia – Apresentação,
38 discussão e votação da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências entre
39 a CML e a Junta de Freguesia de Santa Clara. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

40 **Presidente da Junta** Na assembleia anterior foi proposta a introdução de um tema e passava a
41 informar o protocolo de delegação de competências entre a CML no ano em curso, a sua versão
42 final foi proposta há pouco tempo, por isso mesmo como tinham esta assembleia, entenderam por
43 bem os protocolos na revisão do orçamento, tal como fizeram nos anos anteriores, contratos de
44 delegação de competências feitos com a Junta de Freguesia de Santa Clara, tal como todas as
45 outras de Lisboa foram definidos pela CML, o contrato mais significativo constou de uma
46 atribuição global de 50 milhões de euros para as 24 freguesias de Lisboa e que foram distribuídos
47 pela CML, antes disso a CML pediu-lhes para indicarem necessidades da freguesia, dos valores
48 que indicaram foi-lhes dado 50 por cento, mas ficaram satisfeitos com esta atribuição, este valor
49 de 1 milhão e 900 mil euros vai permitir responder a várias necessidades da Freguesia, há um
50 espírito especial neste protocolo diferente dos anos anteriores, a CML considerou 8 grupos de
51 funções e cada junta de freguesia, dentro desses 8 grupos de funções irá distribuir o dinheiro de
52 uma forma muito mais flexível, muito menos rígida do que o era nos anos anteriores, consoante
53 que aquilo que entender por prioritário, só mais tarde é que souberam disso e por isso não era fácil
54 fazer uma assembleia de freguesia sem terem estes dados todos, faltava-lhes muita informação,
55 este foi um processo que se foi construindo, umas ideias que se foram construindo também entre

56 a CML e um conjunto das outras freguesias e a fase final foi essa, que foi organizar 8 grupos de
57 intervenções e depois cada junta de freguesia distribuir a verba que lhe era destinada por esses 8
58 grupos, a Santa Clara cabe a importância de 1 milhão e 900 mil euros, só para a Área Social têm
59 muita despesa e muitas intervenções, para esta área pediram 1 milhão de euros, porque os próprios
60 protocolos em que havia verbas atribuídas anteriormente pela CML para as ações da Praia-Campo,
61 para o projeto Intervir, ou seja, a prevenção primária da toxicodependência e outros de natureza
62 social, e com a reorganização administrativa estas verbas não foram contempladas e ficou cada
63 Junta de Freguesia a suportar esses encargos dentro do seu orçamento, fizeram questão de
64 considerar que os valores que gastaram a esse nível são muito elevados, tendo em conta as
65 características da Freguesia e foi-lhes dito que poderiam afetar esta verba a despesas com estas
66 atividades, a filosofia destes protocolos é diferente dos anos anteriores, para além deste protocolo
67 de valor mais elevado há também um protocolo de 100 mil euros que a CML também distribuiu
68 igualmente por todas as juntas de Lisboa para fazer a recolha do lixo que se encontra junto dos
69 ecopontos, muitas das vezes, as pessoas põem o lixo junto dos ecopontos, todos os presidentes de
70 junta se queixam disso e não é função da junta de freguesia proceder a essa recolha, a CML
71 atribuiu este valor para colaborar, porque isso não vai pagar a totalidade da despesa, mas é uma
72 colaboração para que os serviços da Junta de Freguesia procedam à recolha de sacos que
73 eventualmente estejam à beira dos ecopontos, há um outro protocolo no valor de 120 mil euros,
74 que também é um valor igual para muitas das freguesias de Lisboa e diferente para outras, que é
75 designado de contrato interadministrativo de cooperação para a Higiene Urbana, cujo grande
76 montante foi atribuído às freguesias da Baixa de Lisboa, por se considerar que eram zonas de
77 atração turística e que tinham uma população flutuante muito maior do que noutras zonas em que
78 o turismo não é tão expressivo e por isso mesmo nessas zonas a CML atribuiu um valor muito
79 mais elevado, a outras zonas como por exemplo Santa Clara, Lumiar e etc atribuiu 120 mil euros,
80 se entendem se está bem ou não está mas é melhor do que nada, porque até ali não tinham nada e
81 faziam as mesmas coisas, embora comparativamente a outras zonas de Lisboa é bastante
82 insignificante, como há a vertente da atração turística e se Lisboa investe no turismo, também tem
83 que ter um cuidado especial nos serviços que presta, todo o Executivo esteve de acordo na
84 aceitação desta modalidade de protocolos, consoante a informação em ata de Executivo que foi
85 distribuída, foi atribuído um valor de 88 282,44 euros e que decorre de outra situação, têm feito
86 ao longo dos anos requalificação de vários espaços verdes e que depois têm ficado a fazer a
87 manutenção sem que seja dado mais dinheiro para isso, têm andado ao longo destes anos a tentar
88 junto do Vereador José Sá Fernandes que esta situação seja corrigida e não tem sido corrigida, de
89 facto a Junta tem suportado encargos para além daquela relação de espaços verdes, jardins e
90 espaços ajardinados para além daquela relação que vem de vários outros e não estava correto,
91 tiveram que fazer um conjunto de diligências e este valor 88 282,44 euros significa a admissão
92 da solução por parte da CML de que estavam desfalcados em relação a essa situação, é uma
93 correção, há também uma outra situação que é atribuída no âmbito do Orçamento de Estado do
94 valor de 45 540 euros e que resulta do valor considerado de inflação anual para o concelho de
95 Lisboa, na proporção para Santa Clara dá este montante, isto não se trata de um protocolo,
96 protocolos são o que referiu no início que são 1 milhão e 900 mil euros que se reporta às oito
97 áreas definidas pela CML, tinha mais umas questões adicionais mas ficavam para o ponto
98 seguinte.

99 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

100 **Paulo Ribeiro** Em tese, tudo o que venha a mais para a Freguesia, para ajudar a população
101 concordarão sempre, porque nada do que vem é sempre muito para os grandes problemas que esta
102 Freguesia apresenta, em que são debatidos em todas as assembleias, o dinheiro entra mas acha
103 que não é aplicado da melhor forma, e pelas informações dadas pela Sra. Presidente da Junta
104 surgem-lhes muitas dúvidas que gostariam de ver esclarecidas, tal como foi abordado na última
105 assembleia de freguesia, trata-se de um protocolo genérico, em primeiro lugar porque não tem
106 relação com a ata do Executivo e depois com a modificação da receita, no protocolo tem vários
107 itens, programa Bairro 100% Seguro, não sabia se a Junta apoiava este programa, Escola 100%
108 Segura, também não sabia se a Junta apoiava, Programa de Requalificação de Equipamentos de
109 Espaço Público, também não sabia se apoiavam, o programa Casa Aberta, também não sabia,
110 programa Equipamentos Desportivos, não sabia e também achava que ninguém sabe, programa

111 Redes Sociais, também não sabia, ou seja este foi o fecho da última assembleia, não estavam
112 contra nem querem ser acusados, tal como foram na última assembleia de estarem a condicionar
113 a Freguesia de receber este dinheiro, pelo contrário, as coisas têm é que ser claras e não é à pressa
114 e sem ser claro que iam decidir o que estava ali em causa, por isso voltava a referir este protocolo
115 fala em vários itens que não sabia quais Santa Clara iria apoiar, e é isso que têm que ser
116 esclarecidos, tinham que ter à disposição o protocolo de Santa Clara, refere ali que a primeira
117 tranche são 780 mil euros, a Junta diz que vai receber 100 mil euros, a segunda tranche são 560
118 mil euros, a Junta diz que vai receber 220 mil euros, ou seja, não há uma relação entre a ata e o
119 protocolo e mais à frente na receita, diz em Desenvolvimento de Programas 1 milhão e 900 mil
120 euros, pretendia saber que valor era este que ia aumentar o orçamento da Junta em 1 milhão e 900
121 mil euros em que não conseguia ver relação no protocolo, fala ali em Higiene Urbana e um
122 acréscimo de Espaços Verdes, este protocolo não refere Espaços Verdes, por isso há de haver um
123 protocolo que tenha a relação com a ata do Executivo com três itens e depois no orçamento da
124 receita tem o contrato administrativo da Higiene Urbana, tem Espaços Verdes, tem
125 Desenvolvimento de Programas mas que não há uma relação com o protocolo que tem à frente,
126 quiseram passar que estavam a prejudicar a freguesia, que não queriam receber este dinheiro,
127 queriam receber este dinheiro e até achavam que era pouco, mas as coisas têm que ser claras e
128 não estavam em condições de fazer a relação entre este protocolo e o que foi apresentado, por isso
129 este protocolo não é o protocolo da Freguesia, não é o protocolo que vai figurar para o resto do
130 mandato, os CSC e as outras forças políticas que ali estão não estão em condições de aprovar este
131 protocolo, porque não tem relação nenhuma com o que foi aprovado em Executivo e com o que
132 está inserido no orçamento da receita, por isso, por muita boa vontade que quiseram ter em
133 acrescentar o ponto, voltavam ao início, este protocolo não serve para discutirem na Assembleia
134 de Freguesia.

135 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

136 **Presidente da Junta** Este protocolo é um formato global e igual para todas as freguesias de
137 Lisboa, é um modelo único que a CML elaborou, a única coisa que difere são os montantes, para
138 a Freguesia de Santa Clara foi 1 milhão e 900 mil euros, e é só a esse que esse protocolo se refere,
139 porque os outros são dois protocolos distintos, a CML não pretendeu especificar uma verba para
140 situação nenhuma, a CML considerou 8 áreas de intervenção e depois cada freguesia, consoante
141 assim o entender ou afeta o dinheiro a uma área ou às 8 áreas indicadas pela CML, a Junta faz
142 como entender, a atribuição da verba é uma decisão da CML e não da Junta e a redação é
143 exatamente igual para todas, à Junta não compete interferir na proposta que é feita pela CML, a
144 CML também diz que desses 1 milhão e 900 mil euros consideram haver intervenções nestas 8
145 áreas que eles próprios escrevem, as Juntas de Freguesia afetarão esta verba às áreas que bem
146 entenderem, não tem nada a ver com o espírito dos protocolos anteriores, aqui trata-se de dizer
147 sim ou não às verbas que a CML atribuiu a este protocolo e que a CML lhes pague da forma que
148 é dita, tinham outros esclarecimentos adicionais quando discutirem a revisão do orçamento,
149 porque a revisão do orçamento é que contempla a receita que ali é considerada no protocolo, nesta
150 fase tem que dizer se aceitam ou não este protocolo, na fase seguinte é dizer como vão aplicá-lo.

151 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

152 **Bruno Rolo** Não havia condições para votar este ponto, o que não queria dizer que não se
153 avançasse com os outros pontos da ordem de trabalhos e concluir esta assembleia, se houver bom
154 senso, o Executivo retira a proposta, marca uma assembleia extraordinária e fornece os dados
155 todos que é obrigado a fornecer à assembleia sob pena de não ter uma impugnação sobre a questão
156 dos protocolos, há obrigações legais, isto tudo não é consoante a vontade de um presidente ou de
157 um executivo sobre o que é que tem que mostrar, tinha e-mails com os vereadores do PCP da
158 CML precisamente para elucidar o que não lhe está a querer ser elucidado e lhes está a ser dito,
159 tal como lhes pareceu na assembleia de dia 26 de Abril, mas não tinha condições de o afirmar e
160 apesar do seu protesto de se ter marcado com menos de 48 horas úteis de antecedência uma nova
161 sessão sem terem tido acesso aos documentos com os 8 dias que eram de lei e agora parece que
162 já não há apenas um protocolo, há 4 protocolos mas só lhes deram 1, e de esse 1 que lhes deram
163 é o único que não consta na ata do Executivo que lhes foi fornecida, o que já de si é muito estranho,
164 o PCP não tem um sentido de voto, nem aqui nem na CML porque é coerente com as suas posições
165 dos vários protocolos, não iam votar um protocolo, iam votar 4 protocolos e tinham que ter

166 conhecimento do clausulado dos protocolos, porque não interessa a ninguém que o protocolo seja
167 igual para todas as juntas ou não, o que interessava era os deveres e direitos de cada parte que
168 assina o contrato, o contrato é assinado por duas partes, uma junta de freguesia e uma câmara
169 municipal e são 4 contratos com obrigações e cláusulas diferentes de protocolo para protocolo, só
170 tiveram acesso a 1 e existem 4 diferentes, podem ser iguais para todas as juntas de freguesia no
171 seu clausulado de cada uma, mas para votarem e expressarem as suas opiniões sobre cada
172 protocolo, têm que fundamentar com base nas cláusulas que lá estão escritas e que eles não têm,
173 tinha um resumo mas não tinha os contratos e tinha um resumo porque o gabinete dos vereadores
174 do PCP da CML fizeram o favor de lhes mandar, porque o gabinete dos vereadores do PCP da
175 CML dão apoio aos seus eleitos locais, a Junta de Freguesia não cumpre as suas obrigações legais
176 de entregar os documentos que tem obrigatoriamente que entregar aos eleitos da sua própria
177 freguesia, o que lhe parecia grave, estes 4 protocolos, e a Sra. Presidente da Junta aflorou por alto
178 as informações que o próprio apurou e a verdade é que há o protocolo dos Espaços Verdes, que
179 não conhecendo o clausulado e pelo conteúdo e pela explicação parecia-lhe pacífico, é para
180 reforço de verbas para a manutenção, não achava nada de especial, há o protocolo em que lhes foi
181 entregue uma minuta no valor de 1 milhão e 900 mil euros, que ao contrário do que lhes é ali dito,
182 tinha um e-mail que lhe foi enviado de um gabinete da CML, estava em posse dos vereadores
183 para ir a reunião de câmara, no dia 22 de Março, em que até têm um mapa que diz qual é a verba
184 respeitante a cada item da cláusula 1, o programa Bairro 100% Seguro, do programa Escola 100%
185 Segura, do programa Requalificação de Equipamentos e Espaço Público, e esse quadro diz que
186 dentro de cada rubrica diz que propostas que cada Junta de Freguesia fez à CML para introduzir,
187 como é que era possível eles não terem e estarem a dizer que isto não existe que era para a Junta
188 fazer como quiser, mas estava ali um quadro que foi apresentado em reunião de câmara, isto era
189 para desmontar uma teoria da conspiração de que não queriam aprovar os protocolos, mas queriam
190 transparência e ter acesso a todos os documentos que são obrigados a serem-lhes fornecidos e
191 dizerem-lhes exatamente em que rubricas é que ia ser gasto, isto já estava definido porque no
192 protocolo foi negociado entre cada Junta que ações é que incluíam em cada uma das sub-rubricas,
193 tinha esse mapa que pediu porque de sexta feira para o dia de hoje sabia que ia continuar sem
194 informação, o contrato interadministrativo, taxa turística e higiene urbana, do valor de 120 mil
195 euros, o PCP vai votar contra, porque votou contra na CML, porque não está de acordo, apesar de
196 não conhecer o clausulado, a análise que fizeram na CML é que esta não consegue resolver a
197 questão dos lixos na cidade porque resolver repartir a higiene urbana por 25 departamentos, 24
198 juntas mais a CML, e depois não consegue dar volta à situação e então distribui dinheiro por
199 várias juntas para tentar apagar fogos, o PCP entende que é ao contrário, a gestão dos resíduos da
200 cidade deve ser feita por uma única entidade com escala, que é a CML, essa entidade CML, em
201 vez de dar mais verbas a cada junta para tentar esconder a incompetência que foi a competência
202 de passar os meios necessários para as juntas, agora está a tentar compensar para cobrir as falhas,
203 com isto não alinham porque não alinharam desde o início, o contrato de delegação de
204 competências da higiene urbana e limpeza ao redor dos ecopontos e vidrões no valor de 100 mil
205 euros, isto era tentar descentralizar a recolha de monos por 100 mil euros, as pessoas vão
206 acumulando os monos e compete à CML ir removê-los mas como não têm capacidade porque
207 descentralizam os meios e não quer contratar mais pessoas e não tem recursos, agora dá 100 mil
208 euros a cada junta e que cada junta resolva o problema, quando acabar os 100 mil euros ficam
209 com os monos até ao ano seguinte, também vão votar contra como votaram na CML, isto não é
210 assim tão simples, mas tinha a sua posição definida porque felizmente tinha camaradas eleitos na
211 cidade que se preocupam com estas questões e que exigem que lhes seja fornecido o que é de lei
212 para analisarem os documentos convenientemente, e ali não está a ser feito, ficava indignado de
213 estar a ser tratado como um mentecapto, e queria propor uma conferência de líderes para ver se
214 neste momento era discutido com seriedade o que ia fazer aos protocolos, independentemente de
215 poderem continuar os outros pontos da assembleia que estavam na ordem de trabalhos, porque já
216 tiveram os documentos com os oito dias de antecedência, já tiveram tempo de os analisar e tempo
217 de tomarem posições, sobre os protocolos não tiveram e continuam a não ter, não lhe iam dar
218 fotocópias de contratos para serem votados em poucos minutos, era impossível, isto era uma
219 questão de bom senso, e também pretendia saber qual era a pressa dos protocolos, parecia que
220 não viesse o dinheiro hoje, a CML já não ia mandar, se isto for aprovado daqui a 15 dias, o dinheiro

hr
J

221 já não viria? Ou entretanto já estão atolados em monos ao lado dos ecopontos e já não conseguem
222 sair de casa? Isto era ridículo e ainda não conseguiram perceber qual era a pressa dos protocolos,
223 pode-se fazer uma revisão orçamental sem os protocolos, mas o problema é que a revisão que lhes
224 apresentaram tem lá os protocolos porque já estavam a contar que fossem aprovados.

225 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

226 **Ricardo Duarte** Pretendia relembrar à Sra. Presidente que no fim, quando lhes foi apresentado
227 este documento, teve o cuidado de perguntar se isto era o que tinha sido votado na ata que lhes
228 tinham apresentado, ao que a Sra. Presidente respondeu que sim, que era exatamente isto, já
229 perceberam que não foi, esta ata é de 3 de Abril, e de 3 de Abril até à data tinha havido bastante
230 tempo de lhes ter feito chegar os documentos que estariam em posse do Executivo, uma vez que
231 os votaram, e não iam ser documentos entregues à última da hora, mais uma vez, como estes que
232 foram entregues às 0:00 da última sessão, obviamente que estavam totalmente de acordo de que
233 não havia condições para fazerem esta votação. Em relação aos protocolos, e também seguindo
234 algo que a propósito do voto de saudação que apresentaram, em que houve algum espanto em
235 relação à crítica que faziam acerca da municipalização, o problema disto é que com estes
236 protocolos, as competências vão passando para as juntas mas ficam dependentes de protocolos e
237 se no próximo ano ou no próximo executivo não houver o protocolo, as responsabilidades estão
238 assumidas mas o dinheiro não vai estar, este era o problema deste tipo de protocolos e deste tipo
239 de descentralização, porque desresponsabiliza primeiramente o Governo que passa para as
240 câmaras e das câmaras que passa para as juntas e quando se for a ver a junta não fez porque se
241 calhar já não havia dinheiro e andavam ali um pouco a brincar aos milhões que vêm da CML mas
242 isto era um problema muito mais grave e é um problema político sério, mas independentemente
243 disso teriam todo o gosto em debater quando se votar os protocolos porque de momento
244 consideram não haver condições para votar, o documento que lhes foi entregue às 0:00 horas de
245 sexta-feira não é o mesmo que consta da ata do Executivo de 3 de Abril que agora lhes estão a
246 entregar mais uns documentos que certamente não serão lidos e votados em poucos minutos.

247 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

248 **Luís Sande e Silva** Sem prejuízo dos esclarecimentos que a Sra. Presidente da Junta apresentará,
249 de seguida face às questões que foram ali apontadas, dava uma nota mais genérica para apelar a
250 alguma serenidade no decurso dos trabalhos no sentido de evitarem crispações e alterações que
251 em nada beneficiam os trabalhos da assembleia, nem a presença do público que quer ouvir
252 discussão pública e conteúdo, fazia este apelo e cada um entenderá o que deve fazer. Sobre este
253 protocolo que foi submetido a discussão e votação nesta assembleia, a bancada do PS votará
254 favoravelmente este protocolo, não via nenhuma objeção à votação favorável ao mesmo, quanto
255 às questões que foram apresentadas pelos membros dos CSC, CDU e BE, a Sra. Presidente da
256 Junta fará certamente os esclarecimentos para clarificar a assembleia sobre essa matéria.

257 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

258 **Paulo Ribeiro** A Sra. Presidente da Junta como gosta muito de falar do Lumiar, tinha ali a
259 convocatória que foi enviada para os membros da assembleia, estavam lá todos os contratos que
260 o Lumiar ia assinar com a CML, transparência e rigor que é o que as pessoas querem e não iam
261 apelar à serenidade ou crispação, estavam ali pela transparência, afinal não havia um protocolo,
262 haviam quatro e voltava a referir que o Lumiar mandou para todos os membros que é o que lhe
263 compete, a Sra. Presidente da Assembleia é presidente deste órgão e tinha que exigir da Junta que
264 as coisas sejam claras e que os membros da assembleia sejam esclarecidos para poderem votar
265 em transparência, que é o que os cargos públicos exigem, agora foi-lhes dado mais um documento
266 que em pouco tempo tinham que aprovar isto porque a Sra. Presidente não quis mandar, isto era
267 de merceeiro, a Sra. Presidente pôs 100 mil euros mas o protocolo não refere valores e nenhum
268 clausulado, isto não era a mercearia da esquina, isto era um orçamento de 6 milhões de euros e na
269 ata do Executivo não está referido 1 milhão e 900 mil euros, estavam a lidar com valores acima
270 da média, não estavam em condições de votar em consciência estes protocolos, a informação só
271 é dada quando é pedida e tem que ser ao contrário, a informação tem que ser cedida para poder
272 analisar e para poderem votar em consciência, assim não conseguem votar, a Sra. Presidente da
273 Assembleia não pode ser conivente com muita coisa que se passa na assembleia, tem que ser o
274 garante de que esta assembleia seja esclarecida com todos os meios que a Junta tem e que não
275 lhes dispõe para poderem votar as situações em consciência.

276 **Presidente da Assembleia** Não tinha noção de que todos os documentos tinham sido todos
277 entregues. Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

278 **Luís Sande e Silva** Os eleitos do PS, do Executivo e todos os que estão ali dão a cara, as pessoas
279 falam, e isto é transparência, e sobre essa matéria as informações são fornecidas, se há
280 divergências elas eram naturais, não era correto assemelharem com uma mercearia, podiam
281 discordar, mas todos concordam que a legislação os obriga a ser exigentes mas também exige o
282 respeito pela assembleia e pelo órgão, sem prejuízo das divergências naturais porque isso acontece
283 a qualquer lado porque têm posições políticas divergentes, quanto à restante documentação
284 estavam à espera que lhes fosse entregue.

285 **Presidente da Assembleia** Questionou a Assembleia para saber quais os documentos que tinham
286 sido entregues. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta para esclarecer.

287 **Presidente da Junta** Tratam-se de contratos que a CML elaborou que são iguais para todas as
288 juntas e apenas diferem nos montantes, aquele que foi distribuído na reunião passada é o protocolo
289 fundamental no valor de 1 milhão e 900 mil euros, que consta na pág. 8 da documentação que foi
290 entregue, e na cláusula sexta, ponto um “O Município de Lisboa disponibilizará à segunda
291 contratante o valor total de recursos financeiros de 1 milhão e 900 mil euros”... no ponto dois “
292 O valor total dos recursos financeiros será atribuído em quatro prestações, conforme
293 discricionado...”, esta é a questão fundamental específica de Santa Clara, porque tudo o resto é
294 igual para todas as freguesias de Lisboa, era isto que ia ser votado, a verba atribuída a Santa Clara
295 é para vários itens que a Junta depois considere aplicar à sua maneira na fase seguinte que é a
296 revisão do orçamento, nesta fase era para dizer se aceitavam ou não que a CML atribua à Junta
297 de Freguesia este protocolo de 1 milhão e 900 mil euros, esta documentação foi distribuída na
298 sexta-feira e pretendia saber se ainda não estavam em condições de votar esta documentação. A
299 cláusula nona do protocolo no valor de 120 mil euros que diz “O primeiro contratante participa
300 com o apoio financeiro anualmente, durante a vigência do presente contrato, sem prejuízo do
301 disposto do nº 5 da presente cláusula”, este contrato diz que atribui à Junta de Freguesia nesta
302 mesma cláusula, no ponto 4, que atribui um valor financeiro para o ano em curso de 120 mil euros,
303 distribuída em 4 tranches, e a votação era para dizer sim ou não se a CML atribua à Junta de
304 Freguesia um valor de 120 mil euros para apoio à higiene urbana. O protocolo do valor de 100
305 mil euros consta na cláusula 7ª, secção 3, que diz que a CML atribui um valor de 100 mil euros
306 pago em duas tranches para a recolha dos lixos ao redor dos ecopontos, fizeram as contas de
307 quanto custa à Junta de Freguesia para fazer este trabalho e consideram que numa primeira fase
308 há mais custos, porque têm que comprar alguma maquinaria especial, depois daria mais
309 explicações sobre esta questão, se houver vontade da Assembleia aceitar ou não estes três
310 protocolos, ou votarem um a um, é como entenderem, eles estão contemplados na revisão do
311 orçamento porque partiram do pressuposto de que esta assembleia não iria deixar de aceitar uma
312 verba que lhe era atribuída e que lhes pareceu adequada, depois das contas que fizeram, e esta
313 assembleia fará o que entender, votará a favor ou contra ou disserem que não tinham condições
314 para votar, a responsabilidade fica do lado da Assembleia.

315 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

316 **Ricardo Duarte** Foi dito que receberam os protocolos tarde e por isso é que estavam a ser
317 entregues hoje, pretendia saber o que é que foi votado a 3 de Abril, votaram os três protocolos ou
318 então estava a mentir, alguma das coisas ocorreu e depois queria lembrar a Sra. Presidente da
319 Junta que um contrato não é “tomem lá dinheiro”, um contrato tem responsabilidades, o que
320 estavam ali a votar não é se querem ficar dinheiro com este dinheiro ou não, é ficarem com este
321 dinheiro e comprometerem-se a... por isso é que isto foi submetido a votação pela Assembleia,
322 disserem que estavam em plenas condições de votar dois documentos que foram entregues neste
323 dia, e a desculpa foi que a Junta teve acesso a eles tardiamente, apesar de terem sido votados a 3
324 de Abril, conforme a ata do Executivo, havia ali qualquer coisa que não batia certo, o que estavam
325 ali a votar não era uma verba, eram uns contratos que tinham deveres que têm que ser cumpridos
326 e serem analisados, e no ponto do vista do BE, tendo em conta os timings da entrega dos
327 documentos, não há condições uma votação séria dos documentos.

328 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Amândio Silva.

329 **Amândio Silva** Para o PSD, a explicação da Sra. Presidente da Junta foi bastante clara, sabiam o
330 que estava ali em causa, tratava-se de um protocolo para receber verbas da CML, o PSD aceitava

331 que a CML atribuísse esta verba à Junta de Freguesia de Santa Clara, congratulavam-se com o
332 esforço da Sra. Presidente da Junta e de todo o Executivo, porque trata-se de uma quantia bastante
333 significativa, a Freguesia bem precisa dela para que o Executivo pudesse fazer obra, todos o
334 reconhecem, por isso estavam em condições de votar favoravelmente esta proposta de protocolo.

335 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

336 **Luís Sande e Silva** Gostava de ter acesso a toda a documentação, não obstante da informação
337 prestada, não viam qualquer objeção em fazer a votação dos protocolos, precisavam era de ter a
338 documentação toda para poderem fazer uma análise que permita olhar para os documentos, era
339 evidente que esta era uma verba relevante para a Junta de Freguesia, tinham que ser responsáveis
340 sobre essa matéria, da parte do PS não viam qualquer objeção em avançar com a votação.

341 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

342 **Bruno Rolo** Havia ali uma dúvida existencial, porque das duas uma, não estava preocupado nem
343 esta assembleia deve estar preocupada se o PS e o PSD se sentem ou não em condições de votar
344 e de dar cheques em branco e assinarem por baixo, não foi cumprida a lei e não se pode votar
345 coisas contra a lei, é obrigação da Junta e alertaram na 6ª feira, sabiam perfeitamente que eram
346 quatro protocolos, mesmo assim só lhes deram um, fizeram um mau trabalho, pediram para ser
347 avaliada a possibilidade de fazer um prazo mais dilatado para a Junta lhes fazerem chegar a
348 documentação toda com timings legais e não quiseram, e insistiram que era só isto, a CDU não
349 aceitava esta situação, tinha dito na última assembleia que não havia cheques em branco da sua
350 bancada e muito menos credibilidade, mas isso não queria dizer estejam impedidas de acreditar
351 ou não, a questão ali é que havia regras e os membros da assembleia e a Sra. Presidente da
352 Assembleia não podem ser coniventes com isto, a Junta faz o seu papel e ainda não conseguiu dar
353 as explicações de qual era a pressa destes protocolos serem aprovados nesta sessão, mas uma
354 coisa era certa, já houve ali muitas desculpas mas “a bota não bate com a perdigota”, as datas não
355 batem certas e devia haver uma interrupção dos trabalhos, uma conferência de líderes com a Sra.
356 Presidente da Mesa, porque tinha matéria relevante e apesar da grande quantidade de fotocópias,
357 ainda não chegou uma coisa que o Sr. Ricardo Duarte muito bem disse que era um contrato tem
358 direitos e deveres, não era só aprovar dinheiro, e quem não aprovasse o dinheiro queriam matar
359 os fregueses à fome, isso é demagogia e populismo de baixo nível, havia ali um quadro entre a
360 Junta de Freguesia e a CML entre o triénio 2019/2021 que se compromete a: Bairro 100% Seguro,
361 1. construção de 25 vias pedonais (passadeiras); 2. área de intervenção na Freguesia, acalmia de
362 tráfego, travessia pedonal, elevar a passadeira e piso antiderrapante na Rua João Amaral; 3.
363 Ampliação do parque de estacionamento junto à Piscina de Santa Clara; 4. Passeios de acesso
364 junto à Piscina Municipal; 5. Construção de via pedonal elevada (passadeira) junto à Piscina
365 Municipal; 6. paragem da Carris junto à Piscina Municipal; Escola 100% Segura, 1.
366 Requalificação da escola - Escola Maria da Luz Deus Ramos, 2. Projeto de execução – Escola
367 Pintor Almada Negreiros, e continua, isto são as contrapartidas que a Junta se compromete para
368 receber 1 milhão e 900 mil euros e perguntava quando é que estavam a pensar em dizerem-lhes
369 isto, que era uma informação pertinente para saberem se este 1 milhão e 900 mil euros vai ser
370 bem empregue em nome da Freguesia ou não, a Junta de Freguesia é um órgão e a Assembleia de
371 Freguesia é outro e apelava aos membros da Assembleia para não meterem a cabeça no cepo por
372 alguém que depois não vai conseguir fazer as devidas reconciliações e isto era inadmissível, não
373 era uma ameaça, não era um alerta, não era uma chantagem, era dizer que tivessem coluna
374 vertebral.

375 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

376 **Presidente da Junta** Em vez de tentarem intimidar os outros elementos da assembleia desta
377 forma, é passar-lhes um atestado de menoridade mental, se estivesse no lugar deles punha o Sr.
378 Bruno Rolo no seu lugar, porque estava a adotar sistematicamente uma atitude de dizerem que
379 são uns incompetentes e que estavam a aprovar ali coisas ilegais, que o Executivo lhes estava a
380 impingir coisas que não são legais que os outros membros da Assembleia são uns incompetentes
381 e que não sabem analisar isto, desde a última sessão até agora, estava cansada de ouvir dizer que
382 os outros eram uns incompetentes. Em relação ao assunto em apreço, tem protocolos que vieram
383 para a Junta de Freguesia de Santa Clara que são exatamente os formatos que vieram para todas
384 as outras juntas, só diferem nos valores, não se trata em não saberem onde se vai aplicar o
385 dinheiro, disse-lhes concretamente que tinham tratado isto num único ponto, que era a receita dos

386 protocolos e a afetação dessa receita aquilo que vão fazer, houve um processo no início que foi
387 uma reunião que se fez na CML, com o Sr. Presidente da Câmara e todos os presidentes de junta
388 em que lhes perguntou sobre o que é que achavam necessário para cada uma das suas freguesias
389 e cada um disse o que é que achava que era importante para cada uma das suas freguesias e
390 quantificaram em termos de custos de uma forma muito global e sem muito fundamento, porque
391 foi uma pergunta feita numa reunião, não tinham ali elementos para dizer de imediato quais eram
392 os projetos que precisavam e qual o custo de cada um, os valores que disseram foi um valor
393 indicativo, e no caso concreto de Santa Clara indicou um conjunto de projetos, indicou um valor
394 global que cifrava 4 milhões de euros e as outras juntas fizeram o mesmo, depois disso a CML
395 devolveu-lhes a questão, dizendo-lhes que não autorizavam uns quantos projetos aí na ordem da
396 metade que foram apresentados e numa fase posterior quiseram esclarecer a que é que se reportava
397 esses projetos, porque não estava claro e o que lhes foi dito foi que não tivessem isso em
398 consideração, porque havia flexibilidade na atribuição desse valor.

399 **Presidente da Assembleia** O que perceberam foi que os documentos não foram legalmente
400 entregues e questionou a Assembleia que o ponto 3 fosse posto à votação. Informou a Assembleia
401 que o elemento do CDS-PP chegou às 22:15. Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

402 **Rogério Santos** A Assembleia pode decidir se aceita votar e se está em condições de votar esse
403 ponto. Em relação aos protocolos, no tempo do Jorge Sampaio foram firmados os primeiros
404 protocolos com as freguesias e foi esse o principal motor para que as freguesias tivessem algum
405 poder na cidade e foi a partir daí que o peso autárquico local das freguesias tivesse expressão,
406 nessa altura estavam em coligação com o PCP e não houve nenhuma questão se o Jorge Sampaio
407 saía ou não saía, porque esses protocolos com o tempo vieram a mostrar claramente que isso foi
408 importante e passaram há pouco tempo em termos de lei, os protocolos são sempre uma
409 possibilidade quando determinados trabalhos não são da competência da Junta e até hoje, na maior
410 parte das freguesias tem sido sempre aplicado os protocolos, cujo resultado está à vista e têm
411 sempre a visão que o dinheiro gasto na freguesia tem uma economia muito melhor aplicada do
412 que sendo pela CML, estavam a considerar votar ou não, a Assembleia é soberana e se a
413 Assembleia decidir que está em condições de votar, votam, faz parte da oposição dizer sempre
414 que está mal e que há coisas em falta, não estavam ali para dizer bem do Executivo, normalmente
415 estão para fazer alguma crítica.

416 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

417 **Paulo Ribeiro** Não estava em causa a argumentação que o Executivo deu, o que estava em causa
418 era o atropelo sistemático e que esta assembleia é conivente, através do PS e do PSD fazem com
419 as minorias que estão na Assembleia, era com isso que estavam contra, porque na sexta-feira
420 disseram e votaram todos a favor de acrescentar o ponto nº 3 e não lhes foi facultado o resto dos
421 protocolos, esta assembleia não pode usar sempre a maioria para atropelar a lei, a maioria desta
422 assembleia, com a conivência da Sra. Presidente da Assembleia e dava o exemplo da Dra. Helena
423 Roseta, na Assembleia Municipal de Lisboa em que retirou várias vezes as propostas por não
424 serem claras, mesmo contra o PS e a Sra. Presidente da Assembleia, neste momento o que teria
425 de fazer não era pôr à votação, era retirar a proposta porque também estava a ser conivente com
426 isso e ia fazer um requerimento à Assembleia a solicitar a ata desta assembleia e iam ver o que
427 esta assembleia ainda ia dar, porque não lhes podiam estar sempre a esconder informação e só
428 aparece quando é pedida.

429 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

430 **Luís Sande e Silva** Sem prejuízo da informação que lhes foi prestada pelo Executivo e da leitura
431 que faz do regimento, de facto há uma obrigação que neste caso não foi cumprida, porque sem
432 prejuízo do regimento prever que a alteração da Ordem do Dia possa ser modificada e tratando
433 da assembleia ordinária e se tal for deliberado por uma maioria de 2/3 da assembleia e estavam a
434 falar da Ordem do Dia, estavam a falar de documentação e o regimento que foi aprovado e que
435 está em vigor dispõe sobre a documentação que ela deve ser entregue com a convocatória e neste
436 caso concreto, a atitude mais prudente é retirarem os pontos que se revelem necessários retirar e
437 procederem à convocação extraordinária, remetendo a documentação, tinham a noção que isto ia
438 perturbar de alguma maneira o Executivo, mas também tinham que ser justos no seguinte, esta
439 documentação teve muita documentação, foi certamente um lapso e não tinha dúvidas disso, foi
440 um lapso não intencional, caso a Assembleia estivesse de acordo, eventualmente supriam esta

441 situação, não havendo acordo tinha que dar cumprimento a esta norma do regimento que foi
442 aprovado nesta assembleia, da análise que fazem ao regimento há este problema, sem prejuízo
443 entenderem que isto foi um lapso e se todos os membros estiverem disponíveis, apesar deste lapso,
444 fazerem alguma pausa com o tempo que dispunham e avançar, e não havendo esta vontade
445 entendiam que era prudente, respeitando o regimento, fazerem uma sessão com este ponto, e isto
446 evitará problemas e uma sucessão de argumentos, porque o ser humano tem uma criatividade
447 enorme e poderiam estar a discutir a noite toda, mas o regimento é este e isso não conseguiam
448 alterar.

449 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

450 **Bruno Rolo** Saudou a intervenção do líder da bancada do PS pelo bom senso, mas não percebeu
451 bem a quem o apelo era dirigido, se era de bom senso alguém retirar, das duas uma, quem
452 apresenta a proposta é o Executivo mas não é o Executivo que decide a Ordem de Trabalhos nem
453 o que era ali discutido, nem o que entra ou sai da ordem de trabalhos, nem sequer pode pronunciar-
454 se sobre isso, é a Assembleia que tem que deliberar se estava de condições de votar ou não e se
455 foi cumprida a lei, se o apelo foi dirigido à Assembleia tem o seu apoio e a Assembleia deve
456 realmente deliberar, tinha feito um apelo ao bom senso, e ao que parece a bancada do PS
457 sensibilizou-se mais com o regimento, achava bem, porque o regimento é a bíblia desta
458 assembleia, o bom senso devia imperar, se invocasse o regimento podia ser acusado de estar a
459 chantagear em termos legais, apelou ao bom senso mas o regimento falou mais alto,
460 independentemente das razões, os dois argumentos são válidos, louvava o bom senso da bancada
461 do PS de perceber que não pretendiam prejudicar a Freguesia nem estavam a dizer que foi
462 propositado, mas uma coisa era certa, se dúvidas houvesse e o Sr. Paulo Ribeiro frisou bem, mas
463 só lhe faltou dizer um pormenor, foi que quando aprovaram por unanimidade na sexta-feira
464 acrescentar este ponto, foi uma prova de boa-fé e um voto de confiança em que aquilo tinha sido
465 um lapso e que os lapsos podem ser corrigidos, mas não podiam entrar numa sucessão de lapsos
466 sucessivos, sempre com a mão por baixo, portanto há uma altura em que tem que se fazer um mea
467 culpa e é este o momento e pensassem bem, porque a culpa não era da oposição só porque é
468 oposição e serem do contra, é que se não votarem, tal como não devem votar hoje os protocolos,
469 a revisão orçamental, da forma que está feita, também não pode ser votada, porque ela não inclui
470 apenas o saldo de gerência, mas também os protocolos que não iam ser votados e é para depois
471 não disserem que não foram avisados, no seu entender não há condições para votar nos protocolos
472 e como tal a revisão vai cair a seguir mas culpa não é da oposição, quem entendeu fazer uma
473 revisão com os protocolos antes de os pôr à aprovação não foi a bancada da oposição, nem foi a
474 Assembleia de Freguesia.

475 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

476 **Paulo Ribeiro** Fazendo suas as palavras do Sr. Bruno Rolo, quer saudar o PS na pessoa do Sr.
477 Luís Sande e Silva, porque foi a pessoa mais sensata da assembleia, porque por vezes é preciso
478 andar dois passos para trás para andar quatro para a frente, e ninguém estava a dizer que não ia
479 votar a favor dos protocolos, o que queriam era votar com a consciência tranquila, que fizeram
480 tudo o que a lei permite, só queriam estar seguros do que estavam a votar, e às vezes o que não
481 está bem claro não pode ser posto à votação na assembleia.

482 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

483 **Luís Sande e Silva** Era evidente que a decisão tinha que ser da Assembleia, a assembleia é que
484 organiza a ordem de trabalhos, o presidente da assembleia e a mesa dirigem os trabalhos e a mesa
485 decide propor à assembleia votar, deixavam à mesa esta ponderação.

486 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

487 **Presidente da Junta** Os pontos 3 e 4 estão interligados, porque no início tinham-nos num ponto
488 único, só foram desdobrados por proposta da assembleia na 1ª reunião da assembleia, estava desde
489 o princípio a ouvir toda uma série de avaliações negativas sobre o procedimento do Executivo,
490 quando só nesta assembleia têm toda esta documentação e mais a que foi apresentada, alguma
491 coisa este executivo teve que produzir para a assembleia funcionar, é muita documentação para
492 uma assembleia só, a questão dos protocolos é apenas um dos temas desta assembleia e são muitos
493 e estão ali todos e na sua opinião, bem feitos. Os protocolos foi um acordo prévio preliminar,
494 sujeito depois à aprovação da assembleia no princípio de Abril do ano em curso, quando estavam
495 a elaborar a documentação para a Assembleia, estava ali a haver uma atitude de ataque sistemático

496 à competência do Executivo quando só em Abril é que tiveram esta documentação para analisar
497 depois de muitas outras coisas que tinham que fazer, tal como toda a quantidade de documentos
498 que foram apresentados, não tinham só a questão dos protocolos para elaborar, tiveram
499 inclusivamente de fazer este orçamento retificativo por três vezes, a primeira vez contendo um
500 determinado pressuposto de protocolos, uma segunda vez não eram aqueles, eram outros e tudo
501 isto implicou imensas alterações, foi um trabalho muito grande para o contabilista e também para
502 o Executivo e nada disto foi fácil, em ano nenhum anterior estas situações aconteceram, é a
503 primeira vez que acontece ter que vir à Assembleia previamente à aprovação dos protocolos,
504 sempre vieram integrados na revisão orçamental e questionava os presentes se não era assim que
505 era feito, é a primeira vez que esta situação é diferente, e sendo a primeira vez o Executivo também
506 está confrontado com uma situação de primeira vez e também falta de tempo para fazer tudo isto,
507 qualquer intenção de menos respeito para com a Assembleia foi coisa que nunca existiu, têm ali
508 para a Assembleia todos os documentos que a Assembleia tem direito a receber, este foi uma
509 situação que por chegar mais tarde e ser a primeira vez lhes dificultou imenso o trabalho, mas esta
510 assembleia só vê as vírgulas e não quer minimamente ter em consideração aquilo que são as
511 dificuldades do exercício, e só esperava que um dia, se lhes tocar a vez que sejam capazes de fazer
512 tudo muito bem logo à primeira para benefício de toda a freguesia, que é para ela que trabalham
513 e para benefício de quem for eleito, porque senão poderão encontrar por aí quem seja capaz de ter
514 as mesmas atitudes que estão agora a ter de intolerância, a intenção de sonegar a informação foi
515 coisa que nunca existiu, foi ali colocada a exigência de que tinham que dar as informações sobre
516 os protocolos, ainda não tinham pensado bem nisso, poderiam estar a falhar, até admitia que
517 tivessem toda a razão mas a intenção foi coisa que nunca existiu, esta questão dos protocolos
518 foram questões difíceis para eles nos últimos tempos e esta assembleia está a pretender crucificar
519 o Executivo e ainda adiar mais esta questão para uma outra assembleia, quando têm ali se
520 quiserem, com toda a boa vontade, têm ali toda a informação para poderem decidir sem problema
521 nenhum, concordava que não lhes foi dada no início juntamente com toda esta documentação,
522 mas quererem agarrar-se a esse imperativo legal, aí têm toda a razão, querendo funcionar com um
523 ato de compreensão por uma situação anómala de primeira vez, de boa vontade e que só beneficia
524 a Freguesia, podiam ter outra atitude mas infelizmente vai preponderar a primeira parte e uma vez
525 mais andam a adiar as questões e quando perguntam qual era a pressa, não era por eles que
526 estavam em Maio ainda com esta questão a debater, não queriam isso, queriam que esta questão
527 tivesse sido resolvida muito antes mas não dependeu da Junta de Freguesia e o Executivo foi
528 obrigado a adaptar-se, a Assembleia é que não está a fazer esforço nenhum para compreender isso
529 e para se tentar adaptar, sempre gostava de saber se nas outras 23 juntas de freguesia de Lisboa,
530 esta questão já não estaria resolvida, porque provavelmente está, em termos de entrega de
531 documentos, era deputada municipal por inerência, recebia a convocatória por e-mail de uma
532 assembleia, recebia uma ordem de trabalhos por e-mail e se quiser é por sua conta imprimir o que
533 quiser imprimir, ninguém dá este tipo de documentação a ninguém, se calhar era uma coisa que
534 iam passar a fazer porque isto implica muito trabalho, muito esforço, muitas horas extraordinárias
535 ao pessoal, primeiramente pediram-lhes a informação por via e-mail, porque hoje em dia era o
536 mais normal e era mais prático, passaram a dar a informação por e-mail, mas depois já não serviu
537 por e-mail, pois não servindo por e-mail obriga a tudo isto a ter uma grande despesa e um grande
538 trabalho, é o que esta assembleia está a obrigar a esta junta, que em muitos sítios já não se faz, e
539 que já está habituada a não fazer, fizessem como entendessem, se quiserem agarrar-se a um
540 mecanismo legal, ou então terem a boa vontade de entender que esta junta de freguesia precisa de
541 tomar decisões e não era capricho nenhum, porque estavam praticamente em Maio e têm um plano
542 para cumprir e quanto menos tempo houver para cumprir um dinheiro que lhes foi dado para um
543 ano inteiro mas só lhes será dado não sei quando, é preciso ver o problema de um executivo de
544 pôr em marcha vários projetos, quando em Maio ou Junho é que poderá ter a informação se pode
545 ou não contar com esse dinheiro, não era capricho nenhum, nem colocar a questão de qual era a
546 pressa, a pressa existe, é uma realidade, neste momento era um ato de sim ou não de boa vontade,
547 não podiam era dizer que não tinham a informação porque ninguém de boa vontade pode dizer
548 que não têm informação, e já tinha explicado onde podiam encontrar a informação fundamental.
549 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

550 **Luís Sande e Silva** A Assembleia tem que deliberar se retira o ponto, está na Ordem do Dia da
551 Ordem de Trabalhos, por parte da bancada do PS estariam disponíveis caso os restantes membros
552 da Assembleia estivessem disponíveis para avançarem com as propostas nesta sessão, deixavam
553 à consideração da assembleia, da parte do PS havia essa disponibilidade e as restantes decidirão
554 as posições que iam adotar.

555 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rui Ribeiro.

556 **Rui Ribeiro** Depois de ouvir o que a Sra. Presidente da Junta disse, parecia que os maus eram os
557 elementos da assembleia e não é que estivesse de má vontade, podia ter a certeza que não estava
558 mas não se sentia confortável em passar um cheque em branco à Junta aprovando um protocolo
559 que não teve tempo para analisar, são documentos complexos, que exige tempo e preparação,
560 exige debater com outros colegas e pensarem nas coisas, era uma coisa que não dava para fazer
561 no espaço de uma hora, nem sequer se interrompessem a assembleia e a retomassem
562 posteriormente estaria em condições de aprovar, e nesse sentido solicitava à Sra. Presidente da
563 Junta que se abstinisse de dizer que ele estava de má vontade.

564 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

565 **Ricardo Duarte** Não estavam ali a tratar de vírgulas, e a prova de que não são vírgulas é que há
566 4 protocolos e continuam só a ter 3, neste momento não tinham os documentos todos, não estavam
567 a falar de vírgulas nem de boa vontade, era importante que se percebesse de que não era
568 incompetência da Assembleia, e que a ata do Executivo era de 3 de Abril, os protocolos estavam
569 em posse do Executivo pelo menos desde 3 de Abril, a não que tivessem votado algo que não
570 viram.

571 **Presidente da Assembleia** A proposta da retirada dos pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos foi
572 aprovada por unanimidade. Passou ao ponto 5 - Inventário de todos os bens, direitos e obrigações
573 patrimoniais e respetiva avaliação da Junta de Freguesia. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

574 **Presidente da Junta** Os bens constados, não há nada de significativo a referir.

575 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

576 **Ricardo Duarte** Na pág. 77, nas aquisições, acréscimos patrimoniais, outros terrenos, pretendia
577 saber a que se refere, no valor de 69 mil euros.

578 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

579 **Presidente da Junta** Houve três edifícios que foram doados na zona do Reguengo e foi-lhes
580 atribuído um valor, tratam-se de três casas particulares que são para recuperar, que foram
581 oferecidas à Junta.

582 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

583 **Paulo Ribeiro** Mediante a resposta da Sra. Presidente da Junta pretendia saber se a doação foi
584 neste mandato ou se foi no mandato anterior, porque esta doação tinha que vir à assembleia de
585 freguesia.

586 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

587 **Presidente da Junta** Veio a aprovação no mandato anterior, por altura no final do mandato.

588 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 6 - Apresentação e discussão do relatório sobre a
589 auditoria das demonstrações financeiras de 2018. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

590 **Presidente da Junta** Trata-se de uma informação apresentada pela empresa que faz as auditorias
591 à Junta sobre a auditoria financeira, que se encontra disponível para todos consultarem.

592 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

593 **Ricardo Duarte** Na pág. 9, pretendia saber sobre o valor de 500 euros ao IEFP, há um desvio da
594 totalidade do valor, na pág. 15 cerca de 34 por cento da despesa corrente comprometida, cerca de
595 33 por cento de despesa corrente trata-se de aquisição de serviços, na pág. 29, nas provisões de
596 riscos e encargos é dito que não há necessidade de provisões, porque foi assegurado que não se
597 previa encargos com os processos judiciais que decorrem, pretendia saber que processos são e o
598 porquê da convicção de que não terão encargos futuros, na pág. 33, no comparativo de 2018 e
599 2017, um acréscimo muito significativo na eletricidade, pretendia saber se era uma questão de
600 tarifário ou se alterou em termos de consumo, também pretendia saber a que se refere deslocações
601 e estadas.

602 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

603 **Presidente da Junta** Na pág. 9 é uma rubrica aberta no valor de 500 euros do IEFP que não se
604 chegou a verificar, na pág. 29, processos em curso, há alguns processos em curso, não é expetável

605 que a Junta venha ser penalizada e que venha a ter custos adicionais para além daquilo que são os
606 expedientes normais em tribunal, mas enquanto os processos não terminarem não se sabe o que
607 pode acontecer, só quando os processos forem concluídos é que se saberá se sim ou não a Junta
608 terá que pagar alguma coisa por isso, um processo foi uma árvore que caiu em cima de um carro
609 quando estavam a fazer uns trabalhos na Alameda António Sérgio, em que a pessoas que deixou
610 lá o carro mal estacionado e que foi avisada com dias de antecedência para retirar o carro e não
611 retirou, o processo está a decorrer a esse nível e não sabe qual vai ser o desfecho, na pág. 33, os
612 custos com a eletricidade tem muito a ver com a Piscina, além de que há muitos mais serviços a
613 funcionar, têm a oficina com muito trabalho, a Piscina em plena laboração, tinham vários edifícios
614 da Junta a funcionar, como tal tinham muitas contas da eletricidade em que este consumo aumenta,
615 iam tentar reduzir estes custos através da colocação de painéis solares na Piscina, as deslocações
616 e estadias são por exemplo quando o motorista sai com o autocarro, quando alguém têm que se
617 deslocar ao congresso da ANAFRE ou coisas do género em que haja deslocações, tratam-se de
618 valores de pequena monta.

619 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

620 **Ricardo Duarte** Agradeceu as informações precisas que foram dadas e em relação aos processos,
621 se falou neles é porque aparentemente existiu um relatório que foi entregue à empresa de auditoria
622 pelos advogados da Junta e é baseado nesse parecer que se conclui que não é necessário fazer
623 provisões desta natureza, nas deslocações e estadas também era importante perceber porque é que
624 em 2018 houve e em 2017 não houve.

625 **Presidente da Junta** Em 2017 não houve congresso da ANAFRE, é feito de dois a dois anos.

626 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

627 **Bruno Rolo** Na pág. 36, o grosso das receitas no valor de 381 mil euros, 351 mil euros são da
628 Piscina e 16 mil euros são da Cantina, exatamente duas das estruturas que à partida são mais
629 deficitárias, mas mesmo assim têm uma receita significativa, mas a Junta tem um cariz social, à
630 partida a Piscina é um serviço que presta aos municípios, tem uma despesa inerente de
631 funcionamento que é bastante elevada mas também tem uma receita, em que 2017 para 2018
632 subiu, não havia comparativo na Cantina mas regista-se uma receita significativa, registava isso
633 com agrado porque não dando lucro, pelo menos minimizava algum impacto económico e
634 financeiro dessas estruturas de apoio social, na pág. 34, nos custos com pessoal, em que havia
635 dois grandes aumentos, com proporções completamente distintas, as renumerações com pessoal
636 presumia que fosse pela passagem de muitos serviços de recibos verdes que transitaram para o
637 quadro, as renumerações para os órgãos autárquicos aumentaram quase 20 mil euros, pretendia
638 saber a razão para este aumento significativo.

639 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

640 **Presidente da Junta** Efetivamente há um acréscimo de 817 mil euros em 2017 para 1 milhão e
641 264 mil euros em 2018, precisamente pela integração de pessoal em situação de recibos verdes
642 para o quadro de pessoal, e é expetável em 2019 este valor suba, porque essa entrada em 2018
643 verificou-se só no final do ano, ao passo que em 2019 vai refletir-se no início do ano, quanto à
644 renumeração dos órgãos autárquicos, o que está estipulado por lei é que uma autarquia como
645 Santa Clara, neste momento tem direito a 2 tempos inteiros no Executivo, mais o Tesoureiro, foi
646 acordado dividir dos dois tempos inteiros por quatro pessoas e cada um recebe igual, e o outro é
647 o Tesoureiro que tem a renumeração normal, esta situação começou em Outubro de 2017, quatro
648 recebem 839 euros e o Tesoureiro cerca de 240 euros, e não têm despesas de representação, nem
649 subsídio de alimentação.

650 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bernardo Passinhas.

651 **Bernardo Passinhas** Sobre a questão da EDP, na sessão passada tinham sido suscitadas dúvidas
652 e o técnico oficial de contas esclareceu esse assunto e essa dúvida ficou sanada, tinha a ver com
653 acréscimos da Piscina e acerto de faturas no final do ano, estavam a voltar a fazer as mesmas
654 questões.

655 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

656 **Bruno Rolo** Levantou novamente essa questão, mas num novo quadro, que era o quadro de
657 dívidas a terceiros que registava no fim do ano de 2018 uma dívida à EDP de 33 mil euros, quando
658 no início do ano eram só 4 mil, e o que foi referido são os custos da eletricidade terem aumentado,
659 foram duas questões diferentes sobre dois assuntos diferentes.

660 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 7 - Apresentação e discussão do relatório de
661 atividades. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

662 **Presidente da Junta** O relatório de atividades foi distribuído a todos, estava disponível para
663 esclarecimento às questões que pretendessem colocar.

664 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

665 **Paulo Ribeiro** Tal como tem vindo a referir em outras assembleias, a informação escrita é só de
666 nome, porque não informa nada, são meros chavões, como por exemplo fizeram reuniões mas não
667 diz quais, as coisas deviam ser mais claras, por isso vão estar sempre a dizer a mesma coisa, na
668 sua opinião a informação escrita deveria refletir o que foi feito e concretizado.

669 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

670 **Luís Sande e Silva** Este relatório de atividades tem um detalhe sobre um conjunto de ações que
671 a Junta tem desenvolvido a vários níveis e realçava um aspeto, embora pudessem falar em vários
672 aspetos que os deixavam muito satisfeitos e em alguns casos até orgulhosos pelo trabalho que tem
673 sido feito e o aspeto a salientar tem a ver com a regularização que tem sido efetuada dos
674 trabalhadores precários, regularização que começou antes da lei para regularizar os precários e
675 isto demonstra que o PS, na Junta de Freguesia de Santa Clara tem um enorme respeito pelas
676 pessoas, pelos trabalhadores desta Junta e isso é um património que muito os orgulha e os deixa
677 muito satisfeitos com o que tem sido feito nos últimos anos, não só em 2018 mas também em
678 2017, gostava de salientar este aspeto porque os deixa orgulhosos, porque há muitas juntas que
679 só regularizaram os precários com a lei que foi aprovada, na Junta de Freguesia de Santa Clara já
680 tinham sido regularizadas uma série de situações, isto era um facto que deviam assinalar e que
681 merece uma posição política de satisfação e de saudação.

682 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

683 **Paulo Ribeiro** Na sua intervenção anterior, falou sobre a informação escrita mas este é o ponto
684 do relatório de atividades, na sua opinião falta um ponto à ordem de trabalhos que é o mapa de
685 pessoal, não sabia se ia haver mudanças no mapa de pessoal mas normalmente nesta reunião
686 também vem o mapa de pessoal.

687 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

688 **Presidente da Junta** O mapa de pessoal é associado ao orçamento, não é associado ao relatório
689 de atividades, o orçamento é a expressão valorativa de um plano e o mapa de pessoal é associado
690 a um plano de atividades, porque é com o pessoal que se consegue realizar as ações previstas no
691 plano, não fazia sentido estar associado a um relatório.

692 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 8 da Ordem de Trabalhos - Apreciação da informação
693 escrita da Sra. Presidente da Junta e apreciação da informação financeira até 31/03/2019. Deu a
694 palavra à Sra. Presidente da Junta.

695 **Presidente da Junta** Se pretendessem colocar questões sobre este ponto, estava disponível para
696 responder às questões que fossem colocadas.

697 **Presidente da Assembleia** Não houve questões sobre este ponto. Passou ao ponto 9 da Ordem de
698 Trabalhos - Apreciação e discussão do relatório de avaliação do estatuto do direito de oposição
699 relativo ao exercício de 2018. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

700 **Presidente da Junta** Foram distribuídas três páginas onde descreveram a forma como
701 consideram que cumprem aquilo que são os direitos da oposição e apenas consideram que houve
702 uma falha que já foi referida na assembleia anterior em que se esqueceram de convidar as pessoas
703 da oposição para eventualmente dar os seus contributos para a elaboração do plano de atividades
704 para o ano de 2019, e já estava nas juntas de freguesia há 14 anos e nunca se tinha esquecido de
705 concretizar essa convocatória, desta vez esqueceu-se mas não foi intencional, pedem desculpa por
706 este facto e por isso mesmo quando elaboraram o orçamento retificativo pretenderam um pouco
707 colmatar essa falha e convidaram as pessoas da oposição para dizerem se queriam participar, de
708 resto consideram que em todos os aspetos que fazem parte dos direitos da oposição a Junta de
709 Freguesia cumpriu, tal como está descrito no documento apresentado.

710 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

711 **Ricardo Duarte** A Sra. Presidente da Junta diz que a Junta cumpriu aquilo que era estritamente
712 obrigatório ou quase, o documento fala de publicações através de afixação de editais, isso não era
713 ao abrigo do estatuto da oposição, era informação geral para o público, fala da publicação das
714 principais decisões e deliberações dos órgãos autárquicos, a assembleia de freguesia não deve ser

715 um órgão autárquico, porque tal como já discutiram várias vezes, aquilo que não é cumprir
716 deliberações da assembleia e não publicar coisas que são aprovadas por unanimidade, nem no site
717 nem no boletim, dizer que publica as principais decisões dos órgãos autárquicos, mas os órgãos
718 autárquicos é só a Junta propriamente dita, porque a Assembleia está ali num papel meramente
719 decorativo, era de lamentar porque de facto este documento é muito exemplificativo daquilo que
720 o Executivo pensa do papel da oposição.

721 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rui Ribeiro.

722 **Rui Ribeiro** Felicitou a Junta por ter feito este relatório, tinham apresentado um pedido para que
723 fosse feito e agradeceu à Junta por tê-lo apresentado. Em relação à documentação e à informação
724 que é assegurada aos membros da assembleia, agradecia que lhe fosse enviada para casa, porque
725 facilita o acesso à informação, mas não seria dificultado enviarem por e-mail se isso poupasse
726 recursos à Junta, em relação ao direito da consulta prévia, realmente no ano anterior não tiveram
727 grandes problemas em relação a este direito, provavelmente e se se referirem a este ano, no
728 próximo relatório do estatuto de direito à oposição, não será igual porque o acesso à informação
729 não foi previamente assegurado, quando não tiveram acesso aos protocolos que deveriam aprovar,
730 este relatório elenca basicamente os direitos que são conferidos à oposição e que a Junta os
731 cumpre.

732 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

733 **Paulo Ribeiro** Ao contrário do Executivo que referiu que eram 4 meio – tempos, os membros da
734 Assembleia também trabalham e ao abrigo do direito da oposição, também eles deveriam decidir
735 quando é que podiam ir ali, não era mandarem um e-mail a dizerem para estarem ali a uma sexta-
736 feira, às 9 da manhã e como trabalham as assembleias são realizadas à noite, às 9 da manhã estava
737 a trabalhar, seria-lhe descontar meio dia de trabalho, ao passo que o Executivo seja às 9 horas ou
738 às 10 horas estava a ser pago pelo erário público o meio tempo, o direito da oposição tem que ser
739 respeitado, estavam ali para simplificar e para ajudar a Freguesia, mas também que não lhes
740 complicassem a vida pessoal e não estivessem sempre a pô-los de parte nas decisões, porque
741 estavam ali para ser parte da solução e não do problema, não lhe pusessem as horas e os dias que
742 colidiram com a vida profissional.

743 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

744 **Presidente da Junta** Quando convidam as pessoas, para se pronunciar, se assim o entendessem
745 em relação ao orçamento rectificativo, tinham todas as condições para informar sobre o espírito do
746 orçamento que estavam a elaborar e os protocolos era o fundamental, porque era um motivo
747 principal pelo qual se fazia o orçamento, as pessoas não vieram a um convite que lhes foi dirigido
748 mas tiveram essa oportunidade, quanto ao acerto de horas a Assembleia Municipal nunca lhe
749 perguntou quando é que lhe dava jeito ir lá, é convocada.

750 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

751 **Bruno Rolo** Registava mais uma vez que nunca esteve tantas vezes de acordo com o CDS-PP
752 como nesta assembleia, o que era significativo do Executivo e das bancadas que suportam o
753 Executivo, principalmente no que diz respeito à consulta prévia, em que foi muito pertinente a
754 colocação do CDS-PP em relação aos protocolos, e subscrevia mais uma vez e muito a contragosto
755 uma posição do CDS-PP. O Sr. Ricardo Duarte falou sobre as publicações das deliberações dos
756 órgãos autárquicos, mas esqueceu-se que no fim a proposta do estatuto da oposição seja
757 publicitada na página da internet, que era uma coisa que a sua moção também dizia mas alguém
758 não queria, estava na expectativa de saber se isto ia ser aprovada a publicação no site da internet
759 ou se também vão ser alegados elevados custos à Freguesia, porque a sua moção só tinha uma
760 página e este estatuto tem três páginas, na internet cada página custa muito dinheiro.

761 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

762 **Rogério Santos** Sobre o estatuto da oposição, todo o Executivo estava disponível para receberem
763 os elementos da Oposição, poderiam pensar se seria a hora ideal mas chamava a atenção que
764 esteve noutros lados e muitas juntas cometem um erro legal, porque é o Presidente que recebe os
765 elementos da oposição e na lei é um dos pontos não delegáveis, é o Executivo que recebem os
766 elementos da oposição e consideraram que era mais importante receberem os contributos no
767 orçamento rectificativo, que é o verdadeiro orçamento da Junta, chamava a atenção porque a maior
768 parte das Juntas está a cometer uma ilegalidade nos direitos da oposição, o Presidente da Junta
769 não pode, por lei, a oposição, tem que ser o Executivo.

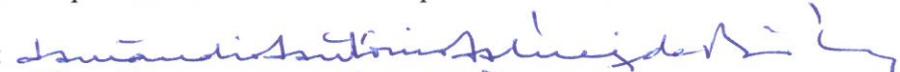
770 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

771 **Bruno Rolo** Pediu à Mesa para que tivesse o discernimento e a disponibilidade de verificar antes
772 do envio dos documentos, se constavam todos nos respetivos envelopes ou pelo menos da coleção
773 que vai ser fotocopiada e dava o benefício da dúvida de que ninguém se ia esquecer de fotocopiar
774 de uns envelopes e não de outros, mas era um apelo que fazia à Mesa é que verificasse, porque a
775 questão do 4º protocolo, é o dos espaços verdes, ainda não foi-lhes transmitido e a ata do
776 Executivo onde aprova receber a delegação de competências de 1 milhão e 900 mil euros também
777 ainda não lhes foi entregue, mas não cabia a si estar permanentemente a lembrar o que é que falta,
778 quem tem a obrigação de enviar é que tem que saber as suas obrigações.

779 **Presidente da Assembleia** Informou que oportunamente receberão a convocatória. Encerrou a
780 sessão.

781 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
782 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
783 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

784 O Presidente da Mesa:

785 O Primeiro Secretário: 

786 O Segundo Secretário: 

